

Perfil ideal para o dirigente do Sistema CFC/CRCs

O vice-presidente de Registro e Fiscalização, Alcedino Gomes Barbosa, escreve artigo em que enumera as qualidades que considera necessárias para os Contabilistas candidatos. (Página 9)



Editorial	Pág. 2
Calendário Contábil	Pág. 4
Exame de Suficiência	Pág. 5
Vida Social	Pág. 12



JORNAL DO CFC

ANO 4, Nº 37, MAIO DE 2001

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CFC lança Certificado de Gestão para todo o País



Apoio do ministro Martus Tavares

Com apoio do ministro Martus Tavares, do Planejamento, e a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Federal de Contabilidade e o Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social estão lançando neste mês o Certificado de Gestão Fiscal Responsável. O certificado vai premiar os administradores públicos que melhor aplicarem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os critérios elaborados pelo CFC e Instituto Ethos para a premiação dos gestores públicos começam a ser aplicados ainda neste ano. O CFC foi a primeira entidade a apoiar publicamente a LRF. Na visão do presidente do CFC, contador José Serafim Abrantes, a LRF vai ajudar os administradores no combate à corrupção.

Um dos primeiros passos para a criação do certificado foi a elaboração pelo CFC e Instituto Ethos do Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje distribuído em todas as regiões brasileiras e já em sua terceira edição.

A idéia de lançar o Certificado de Gestão Fiscal Responsável nasceu no ano passado e, de imediato, teve o apoio do ministro Martus Tavares.

(Página 3)

Ajuda do Senado



O senador Sérgio Machado (à direita) prometeu aos contadores Robinson Passos de Castro e Silva (presidente do CRCCE) e José Serafim Abrantes (presidente do CFC) ajuda no sentido de viabilizar cursos de Ciências Contábeis para os Técnicos em Contabilidade.

(Página 3)

Uma mesa feminina



Pela primeira vez na história das reuniões plenárias do CFC, a mesa diretora dos trabalhos, em abril, foi composta exclusivamente por mulheres: a conselheira Marta Arakaki, a vice-presidente de Administração, Delza Teixeira Lema, e a diretora-executiva do CFC, Marilda Bezerra.

(Página 4)

Entrevista do deputado Marcos Cintra sobre a reforma tributária mostra que a CPMF tem sido alvo da artilharia dos que enfatizam a cumulatividade como o grande obstáculo a ser enfrentado, relegando a sonegação de impostos a um plano secundário. Mas, enquanto os contribuintes são fortemente onerados, os sonegadores conseguem escapar. (Páginas 6 e 7)

Veja ainda:

- Ministros da Fazenda e do Planejamento descartam qualquer mudança na LRF. (Página 4)
- Reunião anual do IFAC decide redefinir o código de ética dos auditores. (Página 5)
- AIC lança campanha em toda a América Latina para aumentar o número de Membros Aderentes. (Página 8)
- CFC divulga projeto para implantar novos parâmetros de fiscalização. (Página 11)

CFC EDITORIAL

Apoio de FHC valoriza a Classe Contábil

> José Serafim Abrantes *

A honrosa presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no lançamento do Certificado de Gestão Fiscal Responsável, nos salões do Palácio do Itamaraty, é um marco na história do Conselho Federal de Contabilidade.

É o reconhecimento oficial de um trabalho eficiente, transparente, decente, profícuo, voltado para o futuro, feito por nós, do CFC, em parceria com o empresário Oded Grajew, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

É mais uma prova de que a Classe Contábil trilha o caminho da luz, a rota correta. Trabalhamos muito para implantar o projeto de Educação Continuada, o Exame de Suficiência, os cursos de pós-graduação em convênio com a USP. Trabalhamos com afinco e dedicação para incluir a nossa categoria no Comitê de Padrões Contábeis, criado pela nova Lei das Sociedades Anônimas.

O apoio do eminente presidente da República a um trabalho idealizado e elaborado pelo CFC vai ficar gravado para sempre na memória dos Contabilistas que trabalham sempre de olho na Responsabilidade Social, na memória dos que lutam pela classe, e não por ideais pessoais e egoístas.

É sobre isso também que escreve o Vice-presidente Alcedino Gomes Barbosa no Perfil do Dirigente do Sistema CFC/CRCs – ele mostra a diferença entre assumir um cargo e assumir um encargo.

Como isto é importante e como deve ser memorizado não somente pelos



candidatos a cargos no Sistema, mas por todos os que prezam e respeitam o trabalho contábil.

Outro projeto importante que destacamos nesta edição do **Jornal do CFC** são os resultados práticos do Seminário de Fiscalização realizado em Brasília neste ano.

Estabelecemos parâmetros para as várias formas de fiscalização que exercemos no nosso dia-a-dia.

O leitor atento vai descobrir que esses novos parâmetros são lógicos e completamente possíveis de serem realizados com eficiência e pontualidade pelos técnicos e fiscais do Sistema CFC/CRCs.

Uma boa leitura.

* é presidente do Conselho Federal de Contabilidade

CFC CARTAS

Lei das S.A.

“Presidente José Serafim, tenho a satisfação de informá-lo que na votação da Lei das Sociedades Anônimas consegui aprovar no plenário da Câmara dos Deputados a incorporação do parágrafo 5º do art. 26, da emenda nº 13 (que obrigou as empresas de auditoria e os auditores independentes a manter seus papéis de trabalho à disposição do CFC), e aprovar parcialmente outra emenda, que fez com que o órgão deliberativo do Comitê de Padrões Contábeis fosse composto por maioria de membros Contadores. Com o sucesso dessas iniciativas, acredito que contribuimos para o aperfeiçoamento da Lei das S.A., o que garantiu aos profissionais de Contabilidade o espaço institucional que lhes é devido”.

Pedro Eugênio
Deputado Federal (PSB-PE)

Elogios ao CFC

“Amigo Serafim, li seu artigo do dia 9/4/2001, na Folha de S.Paulo e assisti à sua entrevista na TV Câmara. A Classe Contábil brasileira tem um presidente à altura de tão laboriosa

categoria. Continue divulgando o trabalho dos Contabilistas, o que é de primordial importância para o crescimento do Brasil. Não compactuamos com os desmandos do dinheiro público e não compartilhamos com os maus brasileiros que sonham impostos. Parabéns! Sua administração será um marco para a Contabilidade brasileira”.

Jádson Ricarte
Ricarte Contabilidade S/C Ltda.

“Carinhosamente parabenizamos-lhe pelo admirável dinamismo e expressamos nosso apoio incondicional para juntos alcançarmos o respeito que é devido aos profissionais da Contabilidade”.

Maria Diva de Oliveira Junqueira
Pres. Sind. Contabilistas de Franca e Região (SP)

“Gostaria de parabenizá-los pelo importantíssimo trabalho que o CFC vem desenvolvendo na área contábil. Estou cursando meu primeiro ano e procuro, cada vez mais, me aprofundar nesta profissão”.

Valdemir Albino da Silva
Campinas – SP

Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos. Os editores.

Conselho Federal de Contabilidade – SAS - Quadra 5 - Bloco J - Ed. CFC,
Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547 – Cep 70070-920 - Brasília-DF
e-mail: comsocial@cfc.org.br

CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC
BRASÍLIA - DF
ANO 4 - NÚMERO 37 - MAIO DE 2001

Presidência

Presidente
José Serafim Abrantes

Vice-presidente de Administração
Delza Teixeira Lema

Vice-presidente Operacional
José Martônio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno
Daniel Salgueiro da Silva

Vice-presidente de Registro e Fiscalização
Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente Técnico
Olívio Koliver

Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa
Contador Antonio Carlos Moraes da Silva
Contador Daniel Salgueiro da Silva
Contadora Delza Teixeira Lema
Contador Dorgival Benjoino da Silva
Contador José Martônio Alves Coelho
Contador José Serafim Abrantes
Contador Olívio Koliver
Contador Raimundo Neto de Carvalho
Contador Washington Maia Fernandes
Téc. Cont. Gil Nazareno Losso
Téc. Cont. Marta Maria Ferreira Arakaki
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura

Conselheiros Suplentes

Contador Edilton José da Rocha
Contador Francisco de Assis Azevedo Guerra
Contador Gastão Brock
Contador João Batista Lobato
Contador Jomar da Silva Marques
Contador José Antonio de Godoy
Contador Liduino Cunha
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus
Contador Solindo Medeiros e Silva
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes
Téc. Cont. Gaitano Laertes P. Antonaccio
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho
Téc. Cont. Luilson Gomes da Silva
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
Endereço eletrônico: www.cfc.org.br
e-mail: cfc@cfc.org.br

JORNAL DO CFC

SUPERVISÃO EDITORIAL: AP Video Comunicação Ltda.
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marccio W. Varella -
MTb 108/2/20
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design
e-mail: comsocial@cfc.org.br
Brasília-DF
Ano 4 - Número 37
Maio de 2001
Tiragem: 64.000 exemplares

CFC PARCERIA**Certificado de Gestão Fiscal Responsável lançado oficialmente em Brasília**

O Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, está lançando neste mês em Brasília o Certificado de Gestão Fiscal Responsável, que vai premiar os gestores públicos que melhor aplicarem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A premiação vai atingir administradores públicos de todas as regiões do País.

Estarão participando da solenidade de lançamento, marcada para o dia 15, às 9h30min, no auditório do Palácio do Itamaraty, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares; o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes; e o presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, além de políticos, Contabilistas e professores, entre outros convidados.

APOIO À LRF - Antes do lançamento oficial do Certificado, o presidente Serafim adiantou que os critérios elaborados pelo CFC e o Instituto Ethos para a premiação dos gestores começam a ser aplicados ainda neste ano. A LRF já está em vigor desde o ano passado, antes mesmo da posse

dos novos prefeitos, eleitos em outubro de 2000, para os mais de cinco 5 (cinco) mil municípios brasileiros.

Para chegar à idéia de elaborar o Certificado, o CFC vem cooperando com a divulgação da LRF desde o início do ano passado, quando ela foi aprovada pelo Congresso Nacional. O Conselho é a primeira entidade que congrega profissionais no País a apoiar o projeto.

Este apoio foi manifestado pessoalmente pelo presidente do CFC, José Serafim Abrantes, ao ministro Martus Tavares.

TRABALHO EM PARCERIA - O CFC abraçou a causa e partiu para a elaboração de um Guia que pudesse

melhor orientar os gestores na aplicação da LRF, cuidando para que a linguagem deste Guia fosse simples, didática e dirigida, principalmente, aos novos prefeitos que ainda não haviam tido um relacionamento mais constante com as regras fiscais e contábeis.

Para isso, o CFC associou-se ao Instituto Ethos, uma entidade de grande experiência na gestão de empresas e uma das pioneiras no País em trabalhar com a Responsabilidade Social, tema que ficou bastante conhecido na Classe Contábil durante o XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em

outubro de 2000 em Goiânia-GO.

O trabalho de elaboração do Guia foi orientado pessoalmente pelo presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, pelo presidente Serafim, pelo seu vice-

presidente e contador Daniel Salgueiro da Silva e pelo auditor e professor de Contabilidade, Antoninho Marmo Trevisan.

Pronto no ano passado, o Guia passou a chamar-se Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou Guia *LRF fácil*. Pronto e editado, o Guia foi distribuído a todos os Conselhos Regionais de Contabilidade, entidades afins e a administradores e gestores de quase todos os municípios brasileiros.

MULTIPLICADORES - Mas o Conselho Federal de Contabilidade não parou por aí. Iniciou, ainda em 2000, uma série de cursos especiais, ministrados na sede do Conselho em Brasília, destinado a profissionais voluntários selecionados nos 27 estados brasileiros. Esses cursos, que têm como objetivo treinar os voluntários na manipulação do Guia *LRF fácil*, na verdade está formando multiplicadores – que já estão trabalhando nas administrações municipais e estaduais na aplicação regular da LRF. A idéia de lançar o Certificado de Gestão Fiscal Responsável também nasceu no ano passado, e obteve de imediato o apoio do governo federal, por intermédio do ministro Martus Tavares, um dos grandes incentivadores do trabalho do CFC.



Pres. FHC presente ao lançamento

CFC PROFISSÃO**CFC tem novo aliado para dar curso superior aos técnicos**

O Conselho Federal ganhou um aliado na luta pelo acesso do Técnico em Contabilidade aos cursos de Ciências Contábeis. O senador Sérgio Machado, líder do PSDB no Senado Federal, prometeu ao presidente do CFC, José Serafim Abrantes, que irá conversar com o ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, sobre o assunto.

Participaram ainda da reunião entre o presidente Serafim e o senador Machado o contador Robinson Passos de Castro e Silva, presidente do CRCCE, e o professor Marcondes Rosa, presidente do Conselho de Educação do Ceará. O encontro foi realizado no gabinete do senador Sérgio Machado, no Senado Federal em Brasília.

O senador e os visitantes discutiram as alternativas para dar acesso legal a cursos superiores aos Técnicos em Contabilidade, de nível médio, ou por meio de cursos sequenciais ou cursos de graduação. O senador Sérgio Machado

assumiu o compromisso de conversar com o ministro da Educação sobre essas possibilidades.

O senador, o presidente do CRCCE e o professor Marcondes Rosa também se comprometeram a fazer um estudo conjunto sobre o acesso dos técnicos a cursos superiores e apresentá-lo ao CFC.

O acesso dos técnicos aos cursos de Ciências Contábeis também deverá ser o tema do encontro entre o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que será realizado neste mês de maio.

BALANÇO SOCIAL – Outro assunto discutido no gabinete do senador Sérgio Machado foi o Balanço Social das empresas.

O senador pediu ao presidente José Serafim Abrantes que o Conselho Federal de Contabilidade desenvolva um



O presidente Serafim e o senador Sérgio Machado

projeto com um novo formato de Balanço Social obrigatório para que ele, Sérgio Machado, o apresente em forma de Projeto de Lei ao Congresso

Nacional. O presidente Serafim concordou com a sugestão e disse que em breve o senador receberá um estudo completo sobre o assunto.

Cartas de apoio

Além do apoio recebido do presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais, Domingos Teixeira, pela participação do Conselho Federal de Contabilidade no Comitê de Gestão Contábil da nova Lei das S.A., aprovada no mês passado pela Câmara dos Deputados, o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, também obteve o apoio do presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, Robinson Passos de Castro e Silva.

Na carta, o presidente do Conselho Regional cearense parabeniza o presidente do Conselho Federal de Contabilidade pela “inédita vitória do Sistema CFC/CRCs, com a aprovação das emendas propostas pelo Conselho Federal de Contabilidade ao Projeto de Lei nº 3.115/97”.

“Tais emendas deverão percorrer ainda o Senado Federal, mas confiamos na vitória definitiva do Sistema CFC/CRCs, como reconhecimento de sua batalha diária pela valorização da Classe Contábil brasileira”, finaliza a carta.

Martus descarta mudanças

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, acredita que o aumento do salário mínimo para R\$ 180,00 não vai acarretar um grande problema para os prefeitos, levando-se em consideração a necessidade de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei determina que os prefeitos não podem gastar mais de 54% da receita do município com a folha de pagamento do funcionalismo. Segundo Martus Tavares, há um levantamento do Ministério que mostra que em mais de 50% dos municípios o impacto do reajuste do salário-mínimo é de apenas 1%. O ministro disse que a possibilidade de se mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal está totalmente descartada. Para ele, não se trata de arrogância em não querer mudar a lei, que foi proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso, mas de reconhecer que esta foi amplamente discutida antes de sua aprovação. “O que ocorre é que se quer mudar a lei antes de se iniciar a implementação e isso é que não pode”, disse o ministro. Além do ministro Martus Tavares, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, descartou qualquer possibilidade de mudança na LRF.

FBC realiza seminário

A Fundação Brasileira de Contabilidade realiza entre os dias 7 e 11 de maio, em Porto Alegre (RS), no auditório do CRCRS, o I Ciclo Nacional de Estudos Contábeis, destinado a Contabilistas registrados nos Conselhos Regionais.

A palestra de abertura será feita pelo Contador e professor Antoninho Marmo Trevisan, de São Paulo. Ele vai falar sobre “A Profissão Contábil e sua Responsabilidade Social”. Também estão programadas palestras do Contador Antônio Carlos Bordin, do Contador Antonio Carlos Nasi, presidente da AIC; do Contador e Conselheiro do CFC Olivio Koliver; e do chefe da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, Contador Domingos Poubel de Castro.

Mais informações sobre o evento pelo telefone (51) 228-7999.

Debate em João Pessoa

Mais de 1,5 mil profissionais e estudantes de Contabilidade deverão participar do 5º Enecon – Encontro Nordestino de Contabilidade, que será realizado entre os dias 13 e 15 de junho deste ano no Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa-PB. Esta previsão foi feita pelo presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba, José Jassuípe da Silva

Morais. O evento é promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba e o Conselho Federal de Contabilidade.

O tema central do 5º Enecon será a “Contabilidade: Reflexo Social e Político”. As inscrições dos trabalhos podem ser feitas nas sedes dos Conselhos Regionais. Mais informações pelo telefone (83) 244-0353.

Calendário Contábil

Brasília – Nos dias 22 e 23 de maio, na sede do CFC, será realizada a reunião de presidentes do Sistema CFC/CRCs. As reuniões de Câmaras serão realizadas nos dias 23 e 24 e a reunião Plenária, nos dias 24 e 25.

Rio Claro - A Universidade de Rio Claro (UNICLAR) realiza nos dias 17 e 18 de maio deste ano, em Rio Claro (SP), o I Fórum de Estudos Contábeis. O objetivo do encontro será debater os novos caminhos da Contabilidade em um cenário de mudanças sociais e tecnológicas.

As inscrições para participação do Fórum e as instruções para o envio de trabalhos são gratuitas e estão disponíveis no endereço eletrônico <http://contabil.claretianas.com.br>.

Uberlândia - Nos dias 17 e 18 de maio, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais realiza o seminário “A

Contabilidade no Novo Milênio”. O encontro acontece nos salões do Center Convention, que fica na Avenida João Naves de Ávila, 1331.

Apucarana - Nos dias 24 e 25 de maio, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (PR) realiza o II Simpósio Estadual de Contabilidade. O evento está marcado para acontecer no auditório Gralha Azul da faculdade. A promoção é do CFC, CRCPR e Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná. Informações e inscrições pelo telefone (43) 423-7277.

João Pessoa - O Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba realizam entre os dias 13 e 15 de junho, na capital paraibana, o 5º Encontro Nordestino de Contabilidade (Enecon). O

Encontro será realizado no Espaço Cultural José Lins do Rego e terá como tema central “Contabilidade: Reflexo Social e Político”.

As inscrições podem ser feitas diretamente nos Conselhos Regionais ou pelo Correio, no endereço Rua Rodrigues de Aquino, 208, Centro, Cep 58013-030. A taxa de inscrição deve ser depositada em nome do CRCPB/5º Enecon, agência 0037, conta corrente 1955-7, na Caixa Econômica Federal. A ficha de inscrição pode ser enviada junto com o comprovante do pagamento bancário pelo fax (83) 221-3714 ou 244-0353.

Os trabalhos sobre o tema a ser discutido no Encontro também podem ser enviados pelo Correio ou pelo fax.

Chapecó - De 21 a 25 de maio, o Centro Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis (CACC), da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) Chapecó, promove

o VIII Ciclo de Estudos Contábeis.

Rio de Janeiro – Nos dias 16 e 17 de julho, o CRCRJ, com o apoio do CFC, realiza o II Fórum Nacional dos Professores do Ensino Contábil.

O tema do encontro vai ser o “Ensino da Contabilidade face à uma nova realidade de mercado”.

Recife – Entre os dias 15 e 17 de agosto, no Centro de Convenções de Pernambuco, será realizado o V Seminário Latino de Cultura Contábil, promovido pelo CRCPE e apoiado pelo CFC, com a presença de Contabilistas brasileiros e estrangeiros. As palestras serão feitas pelos professores César Abicalaffe (PR), Valério Nepomuceno (MG), César Kroetz (RS), Giuseppe Galassi (Itália), Olivio Koliver (RS), José Antonio Lainez Gadea (Espanha), Mário Vogel (Argentina) e Antônio Lopes de Sá (SP).

Ética predomina na reunião do Rio de Janeiro

> José Serafim Abrantes (*)

Ser e parecer independente, característica imprescindível à função de auditor, segundo a Federação Internacional de Contadores (IFAC). Para preservar essa característica, a IFAC, em sua reunião anual de diretoria, que aconteceu no Rio de Janeiro, no período de 8 a 11 de abril, decidiu redefinir o código de ética dos auditores. Uma lista aponta situações onde a independência desses profissionais pode ser posta em dúvida. O documento apresentado é uma minuta que está à disposição do mercado, no site da IFAC (www.ifac.org.br) para receber sugestões. As regras vão estar disponíveis durante 60 dias.

Ética acabou mesmo sendo o ponto forte do encontro do Rio, onde foi definida

também a criação de um grupo de trabalho formado por especialistas que lutam para coibir a lavagem de dinheiro no mundo. Esse grupo vai preparar um relatório até o final do ano. A proposta é orientar os contadores sobre o assunto e deixar claro os riscos de qualquer forma de envolvimento.

CORRUPÇÃO - Sensível ao problema, que segundo o presidente da IFAC, Tsuguoki Fujinuma, não é exclusividade do Brasil, mas sim uma questão mundial, a entidade está associada a vários organismos que lutam contra a lavagem de dinheiro e a corrupção. Entre esses órgãos, estão o Fórum Internacional de Desenvolvimento

da Contabilidade, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Transparência Internacional.

É consenso entre a diretoria da IFAC que a harmonização das normas de Contabilidade internacionais, defendida pela entidade, tem papel importante no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Padronizar as normas vai permitir um melhor acompanhamento dos fluxos de capital público e privado, permitindo ao investidor ou gestor público interpretar auditorias e balanços feitos em outras partes do mundo. Nesse aspecto, o Brasil foi elogiado pelo fato de ser pioneiro no trabalho de harmonização de normas contábeis.

A IFAC espera apresentar um modelo final de norma até 2003 e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon) querem estar com tudo pronto para adotar a proposta da IFAC o mais rápido possível. Esse processo implica, é claro, uma negociação política, já que envolve setores do governo, como o Ministério da Fazenda, Banco Central e Receita Federal.

MUDAR A LEI - Dentro de dois anos, os países que não se adequarem às normas de Contabilidade estabelecidas pela Federação Internacional dos Auditores e Contadores (IFAC) não terão mais acesso a empréstimos do Banco Mundial (BID). Esta foi a conclusão a que chegaram os representantes da IFAC durante a reunião realizada no Rio de



Presidente Serafim na reunião da IFAC

Janeiro. O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, presente ao encontro, disse que o Brasil não fica devendo nada aos países do Primeiro Mundo em relação às técnicas de Contabilidade aplicadas no País. Segundo ele, o maior problema é que não adianta ter somente a técnica se não existir uma legislação que possibilite sua colocação em prática. Serafim disse que o CFC está trabalhando no Congresso para tentar mudar a legislação. Uma das propostas do CFC é o processo de auditorias independentes, tanto para as empresas privadas como públicas, com o objetivo de dar maior clareza às contas. A outra sugestão do presidente Serafim é de que todas as empresas com patrimônio líquido maior de R\$ 120 milhões ou com faturamento de R\$ 150 milhões ao ano sejam obrigatoriamente auditadas.

Reunião atrai o interesse da imprensa

Uma entrevista coletiva à imprensa encerrou os trabalhos da Federação Internacional de Contadores (IFAC) no Brasil. Conversaram com os jornalistas, logo após o término da reunião de diretoria do órgão, o presidente da IFAC, Tsuguoki Fujinuma; o vice-presidente, René Ricol e o chefe executivo da entidade, Peter Johnston. Os presidentes do CFC, José Serafim Abrantes, e do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), Márcio Martins Villas, também estavam presentes.

A coletiva foi acompanhada por seis veículos de imprensa: os jornais Gazeta Mercantil, Valor Econômico, Monitor Econômico, Tribuna da Imprensa e Modal News e o site de notícias Panorama Brasil. Depois de um rápido balanço sobre a reunião, a diretoria da IFAC se colocou à disposição dos jornalistas. O lado social da profissão contábil foi o alvo da maioria das perguntas. Os presentes se mostraram interessados em saber como o Contabilista pode ajudar no processo de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro tornando as contas públicas e privadas mais transparentes. A forma como a padronização das normas contábeis vai ajudar nesse processo também foi tema de discussão.

CFC EXAME DE SUFICIÊNCIA

Diminui índice de aprovação entre os Técnicos

O CFC divulgou no último dia 17 de abril o resultado do Exame de Suficiência. A primeira prova do ano teve 15.352 inscritos entre Técnicos e Bacharéis em Ciências Contábeis. Dos 8.603 Contadores inscritos, 5.991 conseguiram aprovação, um percentual de 73,78%. Já entre os Técnicos em Contabilidade, a aprovação foi de 30,48%, o que equivale a 1.902 candidatos aprovados entre os 6.749 inscritos.

O Conselho acredita que o alto percentual de reprovação entre os Técnicos deve-se a dois fatores: em primeiro lugar, muitos profissionais de nível médio que trabalham há vários anos sem registro fizeram as provas sem estar devidamente preparados. O segundo fator é a maior lentidão que o ensino médio apresenta para assimilar novas tecnologias e novos métodos de ensino em comparação com as universidades.

INCENTIVOS - Preocupado com esse quadro, o CFC quer incentivar a formação contábil superior. Nesse sentido, o Conselho está fazendo gestões no Ministério da Educação para que se permita que Técnicos em Contabilidade que comprovem o exercício da profissão possam entrar em uma universidade sem prestar vestibular ou, pelo menos, tenham como vantagem para aprovação no vestibular o fato de já trabalharem na área.

A aposta do CFC é que, em futuro próximo, venha a se inverter a relação entre Contadores e Técnicos de Contabilidade registrados no Conselho. Essa proporção é hoje de 59,08% de Técnicos e 40,92% de Contadores.

Baseado nos resultados do Exame de Suficiência, o CFC estuda também a criação de um ranking das cerca de 400 escolas de Contabilidade existentes no País.



Reforma tributária: sonegação é a doença que mata

“Alguma coisa precisa ser feita com urgência.” (Marcos Cintra)

Na edição anterior, o **Jornal do CFC** publicou entrevista com o deputado Germano Rigotto (PSDB-RS) sobre a reforma tributária. Neste número, é publicada uma entrevista com o deputado Marcos Cintra (PFL-SP) sobre o mesmo assunto. Tanto a entrevista de Rigotto como a do deputado Cintra mostram pontos de vista diferentes sobre as necessidades mais urgentes do sistema tributário brasileiro. No entanto, têm muitos pontos em comum, como a urgência da implantação da reforma.

O deputado Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, 55, é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA), professor-titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. É também presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal.

Jornal do CFC – O que o sr. pensa sobre os impostos cumulativos?

MC - Os burocratas públicos e determinados segmentos do setor privado têm discursado de modo paranóico contra os tributos cumulativos. Essa campanha coincide com o interesse velado dos sonegadores, uma vez que combate tributos como a CPMF, a Cofins e o PIS, notadamente os mais difíceis de serem sonegados. Esses grupos, na defesa de seus interesses corporativos, lograram êxito no convencimento de alguns setores empresariais, que passaram a crer que os impostos cumulativos constituem o maior problema a ser equacionado na reforma tributária. Em recente pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, constatou-se que 88% dos empresários apontam essa prática tributária como a mais indesejável característica do sistema tributário brasileiro. Surpreende o fato de os empresários serem contra a cumulatividade, ao invés de defenderem a redução do número de tributos e lutarem por alíquotas menores.

Jornal do CFC – Na sua opinião, qual o maior problema a ser enfrentado numa reforma tributária?

MC - Em matéria publicada no **Jornal do CFC**, de fevereiro de 2001, o deputado Germano Rigotto, defendeu o fim dos impostos cumulativos. Entendo que esta não é a questão principal. É de

fundamental importância que os agentes envolvidos nas discussões sobre o sistema tributário brasileiro se conscientizem de que o maior problema a ser enfrentado é a sonegação. Este, sim, é o fator que aprofunda as distorções existentes na economia do País.

Jornal do CFC – O sr. acha que a CPMF está com os dias contados?

MC - A CPMF tem sido o principal alvo da artilharia dos que enfatizam a cumulatividade como o grande obstáculo a ser enfrentado, relegando

declaratórios, que permitem grandes distorções. Enquanto alguns contribuintes são fortemente onerados, os sonegadores conseguem se beneficiar com cargas individuais de impostos mais baixas.

Jornal do CFC – O sr. acha então que a CPMF deve ser considerada como um tributo e não como um imposto a mais...

MC - De modo geral, a CPMF deixa saldos amplamente favoráveis quando se contrapõem vantagens e desvantagens. É um tributo que já

substituir um grande número de tributos arrecadatários. Com a retomada das discussões envolvendo a reforma tributária em 2001, é importante que o País não entre na onda da minoria que, de modo muito organizado e parcial, faz parecer que é a cumulatividade o tumor a ser extirpado. Na verdade, a doença que mata o potencial da economia brasileira é a sonegação de impostos, cuja causa reside num sistema deteriorado e que beneficia justamente aqueles que vendem falsos diagnósticos.

Jornal do CFC – O que o sr. está dizendo, então, é que a CPMF pode ser usada no combate à sonegação...

MC – Claro que sim. A objeção mais comum à CPMF se refere ao impacto prejudicial da cumulatividade nos mercados financeiros e no comércio exterior. Essa crítica é vazia. Nada há que, tecnicamente, impeça o governo de desonerar as exportações, de onerar as importações em igualdade de condições com a produção nacional, e de isentar os mercados financeiros, como, aliás, já foi feito parcialmente. O ministro Alcides Tápicas vem fazendo um grande esforço para criar mecanismos mais aperfeiçoados para desonerar as exportações, e impor uma Contribuição de Equalização Econômica sobre os produtos importados, com a finalidade de extirpar a brutal discriminação contra a produção nacional. Cumpre apontar que é tecnicamente possível se computar, com o desejado grau de detalhamento, o impacto no preço final de uma mercadoria causado pela cobrança de tributos cumulativos ao longo da cadeia de produção. A CPMF tem um mérito inegável, convenientemente ignorado por vários de seus críticos: o de eliminar do atual sistema tributário sua maior aberração, qual seja, as diferenças artificiais de custos de produção causadas pela ampla e generalizada sonegação de impostos no País. A forma pela qual a evasão de impostos distribui a atual carga tributária implica distorção econômica mais grave do que a alegada alteração nos preços relativos que um *turn over tax*, como a CPMF, poderia estar causando na economia brasileira. O padrão de incidência tributária atual é caótico, imprevisível, devastador, a ponto de poder fazer quebrar uma empresa eficiente que paga impostos, e de fazer sobreviver uma ineficiente, que sonega e saqueia seus concorrentes. A CPMF neutraliza esta anomalia.



a sonegação a um plano secundário. A CPMF, ou Imposto Único sobre Transações, como era conhecida de início, é um tributo de grande eficácia arrecadatária e de baixo custo, tanto para o governo como para o contribuinte. Sua arrecadação, no exercício de 2000, foi de R\$ 14,5 bilhões, enquanto impostos de alta complexidade e elevados custos operacionais, como o IPI e o IRPJ, geraram receitas de apenas R\$ 18,8 bilhões e R\$ 17,6 bilhões, respectivamente. Além disso, a CPMF, que é universal e insonegável, alcança todos os agentes econômicos e elimina a iniquidade dos impostos

demonstrou sua eficácia e se afina com as novas tendências do mundo globalizado e, cada vez mais, informatizado. Do ponto de vista da análise custo-benefício seria mais justo que o contribuinte fosse tributado nas operações bancárias em 0,3%, ou, até mesmo, em 3% ou 4%, do que ser taxado pelo Imposto de Renda em 15% ou 27,5%, ou pagar 30% de impostos quando vai às compras no supermercado. A CPMF deve ser combatida como um imposto a mais, mas precisa ser entendida como um tributo que já provou suas qualidades, inclusive como fator de combate à sonegação, e que pode perfeitamente

“A solução é fazer um novo projeto”

Jornal do CFC – O sr. acha que a reforma tributária pode ser votada ainda neste ano?

MC – O presidente FHC declarou recentemente que vai colocar a reforma tributária na pauta do Congresso ainda no primeiro semestre. Incluí-la para debate será um compromisso fácil de ser cumprido.

O difícil, senão o impossível, será aprovar uma ampla reforma tributária, capaz de aperfeiçoar o sistema de arrecadação de impostos no País. Para viabilizar a reforma, o governo já anunciou que adotará uma abordagem “fatiada”, ou seja, as alterações serão feitas por partes, e se for possível, por meio de legislação ordinária. Essa abordagem tem dois problemas fundamentais. Primeiramente, a tributação é um sistema integrado, formado por partes que se interligam e se afetam mutuamente. Modificar uma parte, sem as adaptações nos outros componentes do sistema, poderá criar um Frankenstein tributário ainda mais deformado que o nosso atual monstro. Aliás, esta foi a forma como o sistema tributário brasileiro evoluiu ao longo dos últimos anos, casuisticamente, e o resultado destas intervenções isoladas e parciais é a atual colcha de retalhos,

incompreensível, e que impede avaliar corretamente seus impactos e conseqüências na atividade econômica do País. O segundo problema da abordagem fatiada é que a falta de visão do conjunto poderá direcionar erroneamente os esforços reformistas. Por razões várias, dentre as quais o empenho da burocracia pública, e de seus aliados e correspondentes no setor privado, criou-se uma verdadeira paranóia anticascata.

O presidente FHC precisa, certamente, avançar na reforma tributária. Mas precisa se libertar dos preconceitos e das frases feitas. Os tributos não-declaratórios, como a CPMF, são contribuições importantes para a adequação do vetusto sistema tributário nacional às novas tendências da economia mundial. Tudo mudou no mundo global e informatizado, e não se deve imaginar que os impostos convencionais e ortodoxos gerados na era do papel, dos livros contábeis, das barreiras físicas de transporte e comunicação, do isolacionismo econômico, e da fragmentação política, serão capazes de evitar a generalizada evasão tributária e suas dramáticas conseqüências que surgiram, e se aprofundarão, na esteira deste absurdo conservadorismo tributário.

Jornal do CFC – Qual a solução que o sr. aponta para o problema?

MC – Só há uma solução. Reiniciar o processo de discussão da reforma tributária no Congresso Nacional com a formulação de novas propostas.

Ainda há tempo. Mesmo porque é nítida a sensação de que alguma coisa precisa ser feita, com urgência, para resolver esse problema da atual tributação.

Temos que chegar aos mercados internacionais com um sistema tributário moderno e específico.

Os atuais projetos de reforma tributária serão, certamente, subsídios valiosos para o reinício das discussões.

Mas é necessário desarmar espíritos, ter um novo começo onde a carga de preconceitos e desafetos acumulados, nos últimos anos, seja esquecida, em prol de uma ampla e definitiva discussão sobre o tema. Há que se rediscutir a cumulatividade nos impostos.

O tema foi objeto de campanha de satanização, transformando impostos cumulativos em verdadeiros inimigos nacionais.

Sua eliminação tornou-se um clichê, em uma palavra de ordem sem nenhum

significado concreto, repetido por muitos, mas sem qualquer compreensão nítida do que se está discutindo. Há que se reavaliar o peso da atual carga tributária, quase confiscatória, dentro de um amplo debate sobre o pacto federativo. Há que se rediscutir os direitos e garantias dos contribuintes.

Há que se reconhecer que em economias integradas e globalizadas, com alta mobilidade de fatores e de capitais, a questão da evasão, da elisão, e dos preços de transferência, precisa ser melhor avaliada, podendo se tornar necessária a adoção de novos paradigmas tributários para a adequação da estrutura fiscal à nova realidade mundial. Somente um novo começo poderá superar os atuais conflitos.

Mas uma coisa é certa, o Brasil precisa, cada vez mais, urgentemente, de uma profunda reforma tributária.

Remendos, improvisações e apego a velhos e desgastados paradigmas irão sempre resultar no que a sociedade assiste agora estarecida: a incapacidade do governo, em todas as suas instâncias, de avançar na reforma tributária que o contribuinte brasileiro tanto reclama.

“Remendos significariam incapacidade do governo”

A gula do Leão

O deputado Marcos Cintra mantém em seu endereço na internet algumas informações dirigidas àqueles que possam fornecer sugestões para um projeto definitivo de reforma tributária.

*Nessa edição do **Jornal do CFC**, mostramos duas dessas críticas, fundamentadas em estudos feitos por agências especializadas:*

Veja quantas horas diárias uma pessoa precisa trabalhar para pagar impostos no Brasil, considerando 3 níveis salariais.

Dados da Domínio Assessoria mostram quantas horas uma pessoa precisa trabalhar diariamente para abastecer os cofres públicos.

Com um salário de R\$ 2.500,00 trabalha-se 2 horas e 02 minutos por dia para pagar impostos.

Com um salário de R\$ 5.000,00 trabalha-se 2 horas e 23 minutos por dia para pagar impostos.

Com um salário de R\$ 7.000,00 trabalha-se 2 horas e 46 minutos por dia para pagar impostos.

Veja quanto você paga de imposto em alguns itens selecionados:

Você sabe quanto paga de imposto quando compra 1 quilo de carne, quando toma um cafezinho ou compra um par de tênis? Veja este trabalho da Trevisan e Associados sobre o peso dos impostos no Brasil para determinados produtos.

Ao comprar você paga de imposto

Quilo de carne - 47%

Dúzia de ovos - 29%

Pão - 43%

Refrigerante 2L - 37%

Chá - 50%

Carro - 46%

Par de tênis - 47%

Par de sapato - 47%

Televisão - 49%

Geladeira - 49%

CFC CAMPANHA**AIC quer aumentar número de Membros Aderentes no Brasil**

A Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), presidida pelo brasileiro Antonio Carlos Nasi, está em plena campanha para aumentar a quantidade de seus Membros Aderentes no Brasil, tanto individuais como institucionais. Os folhetos promocionais da campanha já foram enviados aos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade do País.

A última reforma estatutária da AIC, explicou o contador Antonio Carlos Nasi, criou dois novos tipos de Membros Aderentes Institucionais: as firmas de Contabilidade e Auditoria e os organismos governamentais, com o objetivo de promover uma efetiva corrente interamericana de profissionais, de universidades, de empresas e de órgãos do governo.

Os folhetos duplos enviados pela AIC aos CRCs serve para informações gerais a todos os tipos de Membros Aderentes. A AIC também está enviando um folheto específico para empresas de Contabilidade e Auditoria. Os folhetos das universidades e organismos governamentais estão sendo enviados diretamente para essas entidades.

HISTÓRICO – A AIC foi constituída em 1949, com o objetivo principal de unir os Contadores do

continente americano, assumir o compromisso de sua representação no hemisfério e promover a elevação constante de sua qualidade profissional, de seus conhecimentos e de seus deveres sociais. A sede da AIC fica em Miami, EUA.

A estrutura da entidade estabelece como Membros Patrocinadores os organismos profissionais de 23 países. Além disso, o estatuto da AIC permite a participação de Membros Aderentes – individuais e institucionais – classificados em universidades, empresas de Contabilidade e Auditoria e órgãos do governo. Ser um Membro Aderente é participar ativamente da vida da AIC e estar em contato permanente com o cenário profissional das Américas e do mundo.

VANTAGENS – O Membro Aderente tem diretório próprio na AIC, o que pode facilitar seus contatos com colegas de outros países ou de seu próprio país ou região. Também recebe gratuitamente a Revista InterAmérica editada trimestralmente, o Boletim Interamericano a cada dois meses e o boletim eletrônico quinzenal “AIC em Dia.”

Além disso, o Membro Aderente tem desconto de 10% em todos os eventos promovidos pela AIC e pode obter

descontos em compras de produtos e serviços propiciados por convênios celebrados pela entidade. Pode ter ainda um cartão de identificação e receber um certificado de Aderente para fins de utilização promocional de seus serviços perante terceiros.

O Membro Aderente também pode utilizar os escritórios da entidade em Miami, com toda sua infraestrutura, para realizar trabalhos, contatos e reuniões com pequenos grupos.

INSCRIÇÃO – Os formulários de inscrição podem ser obtidos nos CRCs. A inscrição também pode ser feita pela internet, no endereço **www.aic-iaa.org**; o Contabilista deve preencher o formulário específico; a secretaria da AIC ficará encarregada de confirmar a inscrição no organismo patrocinador.

A cobrança da anuidade dos Membros Aderentes Individuais, no valor de US\$ 50, será feita pelo organismo patrocinador (CFC e Ibracon, no Brasil). A cobrança dos



O pres. da AIC, A. C. Nasi

Membros Aderentes Institucionais será feita diretamente pela AIC. As firmas de Contabilidade e Auditoria e as universidades e fundações de ensino superior pagam US\$ 300 anuais, e os organismos governamentais, US\$ 2,5 mil.

CFC MERCADO**Setor privado brasileiro acompanha a criação da ALCA**

O setor privado vem acompanhando ativamente, desde Denver, o processo de construção da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA). Este engajamento tem-se materializado por meio dos Foros Empresariais, que se tornaram o principal foco de discussão do setor privado hemisférico sobre questões relativas à formação da ALCA. O último desses encontros foi realizado em abril passado, em São Paulo, promovido pela CVM, Bovespa e Abamec, e teve a participação do Conselho Federal de Contabilidade, representado pelo seu presidente, Contador José Serafim Abrantes, e também pelo Contador Irineu De Mula.

O seminário foi aberto com palestra do presidente da CVM, Raymundo Mogliano Filho; logo após, o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, embaixador Valdemar Carneiro Leão, mostrou um panorama geral do atual estágio das negociações da OMC e ALCA. O gerente de Relações Internacionais da CVM, Henri Eduard Kistler, falou sobre as conseqüências de um possível acordo entre ALCA e OMC para os mercados financeiros e de capitais. O professor da USP Amâncio Jorge de Oliveira fez palestra sobre a importância do setor privado nas negociações da ALCA.

REIVINDICAÇÕES – A representante da Confederação Nacional das Indústrias, Sandra Polónia Rios mostrou que o setor empresarial reconhece avanços expressivos no sistema de consultas, mas reivindicou uma maior institucionalização do processo, pedindo um fluxo contínuo de informações sobre a agenda negociadora, consultas sobre os temas relevantes da agenda e mais informações sobre as posições oficiais brasileiras e sobre a evolução das negociações.

O secretário-adjunto de Relações Internacionais do Ministério da Fazenda, Antônio Gustavo Rodrigues, falou sobre o temor de alguns setores da economia pelos investimentos estrangeiros. Segundo ele, “não vai acontecer nada de extraordinário neste sentido. A eliminação das barreiras tarifárias afetará o comércio, mas não os investimentos”.

O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, disse durante o encontro que o “Brasil tem atraído muito dinheiro nos últimos anos porque derrubou a inflação e o ambiente econômico tornou-se mais previsível. É dentro dessa perspectiva que temos de discutir a ALCA”.

HISTÓRIA DA ALCA – Em reunião realizada em Miami, em dezembro de 1994 (Cúpula das Américas), os presidentes de todos os países das Américas, exceto Cuba, firmaram o compromisso de constituir uma área de livre comércio na região a partir de 2005. A esta reunião oficial seguiram-se mais cinco, em nível de Ministros de Comércio, realizadas, respectivamente, em Denver, Estados Unidos, em junho de 1995; em Cartagena, Colômbia, em março de 1996; em Belo Horizonte, Brasil, em maio de 1997; em San José, Costa Rica, em março de 1998; e em Quebec, Canadá, em abril deste ano.

As Reuniões Ministeriais concluíram os trabalhos preparatórios para o lançamento formal das negociações da ALCA, encerrando uma fase importante no processo de negociações para a conformação da ALCA. Foram definidas, como questões, a estrutura das negociações, o número de Grupos Negociadores e a localização das sedes das negociações e da Secretaria Administrativa, dentre outras. Adicionalmente, foi criado um Grupo Consultivo sobre Economias Menores e incentivada a participação da sociedade civil, cujas contribuições serão dirigidas ao Comitê de Representantes Governamentais. Este Comitê foi criado com o objetivo de ser o canal de comunicação entre a sociedade civil e os Ministros de Comércio. Criou-se, ainda, um comitê conjunto de especialistas governamentais e do setor privado para tratar da questão relativa a Comércio Eletrônico.

Os Grupos de Negociação criados foram: Acesso a Mercados, Investimentos, Serviços, Compras Governamentais, Soluções de Controvérsias, Agricultura, Direitos de Propriedade Intelectual, Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias e Políticas de Concorrência.

Perfil do dirigente do Sistema CFC/CRCs

> Alcedino Gomes Barbosa (*)

O tema levantado pelo presidente José Serafim Abrantes, sobre as qualidades que devem ser inerentes àqueles que pretendem disputar cargos no Sistema CFC/CRCs, é mais que oportuno. Traz à tona, além das nossas qualidades individuais, todas as nossas fraquezas profissionais. Também acho que este assunto deve ser bastante discutido a partir de agora. As eleições para o Conselho Diretor serão ainda neste ano.

Concordo plenamente com o presidente Serafim. Assumir qualquer cargo no Sistema é uma honra, é motivo de orgulho, mas, sem dúvida alguma, não é nenhuma questão pessoal e, como escreveu o presidente no primeiro dos artigos, publicado na edição de abril do **Jornal do CFC**, é uma questão de natureza política.

Por ser uma questão da política inerente aos profissionais contábeis, fico à vontade para ir adiante nessas considerações e poder fazer um paralelo entre o cargo que vamos assumir e o encargo que teremos ao assumir os mandatos disponíveis no Sistema.

Tenho a convicção, e nisso acho que todos concordamos, de que não existe ser humano perfeito. Perfeito, mesmo, só Ele, nosso Criador. Nós, humanos, temos entre nossos defeitos de caráter o orgulho em demasia, sentimento que pode nos atingir, a todos, se não soubermos moderar o seu apetite.

Ao assumir o cargo de presidente do Sistema, por exemplo, quem não se sentiria, pelo menos por um momento, poderoso, forte, inatingível? Acho que não há exceções. Mas os homens de bom caráter, ao assumirem um posto desta altura, sabem como controlar essa mistura de vaidade e orgulho demasiados. Sabem dos riscos que essa postura egoística pode provocar. Por isso, quase que imediatamente, colocam os pés no chão. Por isso, o cargo não é para qualquer desprevenido.

BOAS QUALIDADES - Há que se fazer uma reflexão interior, sábia, sincera, para se ter a certeza absoluta de que uma candidatura a qualquer cargo no Sistema exige qualidades sérias e dignas, que possam beneficiar a Classe Contábil como um todo, e nunca beneficiar grupos ou, até mesmo, trazer apenas benefícios pessoais.

O fraco de caráter jamais assumirá o encargo, ou seja, o ônus do cargo. Assumirá apenas o cargo, preocupando-se tão-somente com os privilégios, o *status*, o poder, enfim.

O PERFIL ADEQUADO - Mas e os encargos inerentes aos gestores? Aos gestores de verdade, isentos de vaidades e egoísmos? Como fazer para dar conta desses encargos?

Com certeza, vai ser uma luta, uma batalha que o bom gestor jamais esquecerá, pois fará parte da rica experiência de uma vida. E será nessa luta que se conhecerá o perfil adequado para um dirigente do Sistema CFC/CRCs. Temos grandes exemplos e



espero que continuemos a tê-los.

Gostaria de enumerar algumas qualidades desse bom dirigente. Uma delas, sem dúvida, será a de dedicar esforços incomensuráveis à fiscalização do Sistema. Sei, mesmo porque exerço o cargo de vice-presidente de Registro e Fiscalização do CFC, das grandes dificuldades por que passam alguns dos nossos Conselhos Regionais no sentido de realizar este trabalho que é o objetivo final e precípuo do Conselho.

TRISTES FATOS - Sei, por exemplo, que existem Conselhos Regionais que encontram enormes dificuldades para reunir até mesmo as suas Câmaras de Fiscalização. Parece um absurdo à primeira vista; parece brincadeira quando o problema é revelado em rodas sociais, mas, infelizmente, são fatos reais.

Essa é uma das razões pelas quais posto-me ao lado do presidente Serafim, ao concordar com o seu

brilhante e primeiro artigo da série. Não é fácil organizar métodos de fiscalização. Agora mesmo, estamos publicando neste boletim as nossas sugestões para melhorar o trabalho do Sistema – sugestões baseadas em reivindicações daqueles que trabalham diretamente com a fiscalização.

A FISCALIZAÇÃO - Acho até que a fiscalização deveria ser objeto de estudo por parte de todos aqueles que

fundamentais, que um pretendente a cargo de gestor do Sistema não saiba como fazer para resolver os problemas da fiscalização, por exemplo. Para este candidato atingir o chamado “ponto de fervura”, ou seja, para que ele esteja realmente pronto para assumir qualquer cargo, é preciso muita luta, muito trabalho, muito esforço pessoal e, principalmente, muita paciência.

Isso sem falar no trabalho de articulação política, nas conversas de bastidores, no trabalho de convencimento dos seus eleitores e, principalmente, no projeto que o candidato vai apresentar. E este projeto só será bom se nele estiver bem diferenciado o assumir o cargo e o assumir um encargo. O eleitor costuma enxergar de longe; ele consegue discernir rapidamente o que é um projeto bom e o que é um projeto ruim.

PACIÊNCIA - Destaco a paciência porque ela é a mãe da quase perfeição: é com paciência que conseguimos entender os problemas, decifrar os caminhos das resoluções desses problemas. E mais que isso: é com paciência que conseguimos compreender o próximo, respeitar os colegas, entender suas atitudes.

Tudo isso tem um interesse maior, que é a valorização do Contabilista como profissional imprescindível à sociedade. Para se tornar este profissional, há que se ter informações. Principalmente no caso de profissionais candidatos a qualquer cargo no Sistema CFC/CRCs, as informações passam a ser princípio fundamental de qualificação profissional. E o como se obter essas informações passa a ser uma matéria muito especial no currículo do candidato: como selecionar informações úteis, como desprezar as superficiais, como formatar um quadro de informações decentes para ser apresentado ao cliente, à sociedade.

Enfim, o que quero deixar bastante claro é que a Classe Contábil, depois de todo esse esforço feito por todos nós, capitaneados com muita paciência e cuidado pelo presidente Serafim, não pode correr riscos. Estamos num patamar bastante avançado de nossa evolução – estamos caminhando juntos para poder dar ao futuro Contabilista melhores condições de trabalho. Por isso, repito, não devemos correr riscos. Que os dignos, os corajosos, os honestos, os capazes, os eficientes se candidatem. Esperamos por vocês.

*é Contador e Vice-presidente de Registro e Fiscalização do CFC

pensam em se candidatar a cargos disponíveis no Sistema. Vou além nessa linha de raciocínio: acho que devemos elaborar, desde já, programas de formação para os novos dirigentes, com um conteúdo que abranja desde habilidades específicas, passando pela ética e moralidade e chegando à Responsabilidade Social.

Vejam bem: essa questão da Responsabilidade Social, que é importantíssima para todos, trata, principalmente

, de dar o exemplo de qualificação profissional, melhoria de qualidade do serviço, transparência, eficácia e credibilidade dentro da própria categoria.

É “um olhar para dentro”. Como diz o presidente Serafim, é cumprir o dever de casa. Feito isso, podemos esperar crédito pelo nosso trabalho perante os demais setores da sociedade.

Não podemos admitir, até por uma questão de quebra dos nossos princípios

Ensino da Contabilidade: Um Presente Promissor

> José Jassuípe da Silva Marais (*)

“Qualquer atividade torna-se mais criativa quando o responsável tem o cuidado de fazer da maneira mais correta, ou melhor”.

John Updike

O exercício da profissão contábil, como já tivemos conhecimento pelos mais diversos trabalhos escritos e apresentados, é deveras abrangente, porém desperta a nossa atenção neste momento, a atuação na área educacional:

- **Primeiro**, por ser uma área de formação intelectual, portanto, fundamental e merecedora de todos os cuidados possíveis, para que o prestígio de nossa classe seja qualificado e sustentável;

- **Segundo**, por ser um nicho de mercado que se abre com restrições ao patamar de qualificação do profissional, o que é extremamente salutar à qualificação do ensino e, por conseguinte, do profissional.

Em face da competitividade no cenário atual, verifica-se em várias cidades brasileiras a criação de muitas faculdades de Ciências Contábeis e, por conseqüência, a necessidade cada vez mais freqüente de professores preparados para ocupar esse mercado de trabalho. Novos e maravilhosos tempos! Por exigência constante na legislação do ensino, as instituições de ensino superior deverão compor seus quadros com uma quantidade mínima de mestres e doutores. Muito nos preocupa todo esse contexto, pois o quantitativo de portadores de títulos de mestrado e doutorado em Contabilidade ainda é muito pequeno para a necessidade do mercado, principalmente em determinadas regiões. Esta observação nos faz refletir sobre uma outra necessidade: de as universidades investirem na formação e qualificação de seus próprios profissionais, a exemplo da Fundação Visconde de Cairu, presidida pelo emérito professor Walter Crispim da Silva, Fundação que reúne em seu curso de especialização e mestrado a nata intelectual da Contabilidade.

SENILIDADE - É evidente a importância de nossa ciência para a sobrevivência das células sociais (empresas). A informação contábil é a bússola orientadora da gestão empresarial. Ao contrário do que muitos alardeiam, a Contabilidade nasceu com o homem e somente findará com o fim da espécie humana, porque admitindo o seu fim estaríamos condenando as empresas à senilidade. O processo contábil se faz presente na dinâmica interação empresa-meio, de diversas formas, seja apresentando-nos seu histórico patrimonial, seja

fundamentando decisões com suas projeções. Nesse contexto, é extremamente positiva essa busca por uma melhor qualificação dos profissionais.

No campo educacional, especificamente na Contabilidade, onde se presencia a concorrência acirrada para as poucas vagas disponibilizadas nos cursos de mestrado e doutorado, os profissionais enfrentam intensa disputa, inclusive com pessoas de outras áreas do



conhecimento, buscando espaço no promissor meio contábil-setor educacional. Um absurdo que reflete a falta de consciência de classe de alguns de nossos próprios profissionais! Entendo que toda contribuição no campo do conhecimento é bem-vinda, posto que são visões distintas que agregam valor. Defendo que profissionais outros nos enriqueçam com suas visões de mundo no campo da educação, mas em suas áreas de competência. Tal forma de pensar não me coloca numa condição física hermética, pois que sou favorável à troca de conhecimentos entre os diversos ramos do saber.

Se o problema é dar à Ciência Contábil uma nova roupagem, recomendo refletir-se sobre a questão curricular e preliminarmente, sobre o significado dessa “nova roupagem”. Esta é a solução! No ensejo, aproveito esta comunicação para parabenizar o Conselho Federal de Contabilidade pela posição de não financiar profissionais de outras áreas em cursos de mestrado e doutorado. Bravo! São nossas anuidades que constituem a origem de recursos para investimentos desta ordem. Que contra-

senso seria se o nosso próprio Conselho financiasse a nossa perda de mercado!

Outra preocupação que nos assola é a falta de coerência nos processos seletivos dos mencionados cursos, já que não existe uma prioridade para os candidatos que já exercem a docência, correndo o risco de, em um futuro próximo, excelentes educadores, por força de lei, tenham que abandonar as salas de aulas, havendo assim, uma perda significativa de talentos com habilidades

espalhados pelo Brasil afora.

Confirma-se, neste momento, tudo o que já se ouviu falar sobre a importância da Responsabilidade Social do profissional de Contabilidade, principalmente os que atuam na área acadêmica. Esta determinação nova, a Responsabilidade Social, não é exclusiva nossa, mas de todas as ciências que, se quiserem evoluir, terão de adotá-la.

Vê-se claramente a abertura de mais um espaço para essa profissão tão digna, espaço esse de suma importância, já que é a participação efetiva na formação das pessoas, tanto no âmbito profissional como no humano.

Espero que a Contabilidade deixe de ser “A PROFISSÃO DO FUTURO” e passe a ser “A PROFISSÃO DO PRESENTE”, onde os professores e educadores demonstrem efetivamente, com atitudes práticas e discursivas, que estão trabalhando para o progresso e evolução da Ciência Contábil.

Parafraseando, o professor Antônio Lopes de Sá, no seu conhecido e excelente trabalho chamado “O Teorema da Prosperidade Perfeita”, não tenho a menor dúvida de que o reconhecimento de uma ciência somente se dá pelas conquistas de uns e o aprimoramento de seus seguidores.

AS NOVIDADES - Para receber esses novos ensinamentos, tenho a certeza de que todos os estudantes de Ciências Contábeis estão preparados, com o coração aberto. Bastam decisões a serem tomadas pelos nossos educadores, e tenho a certeza de que eles já sentiram a necessidade de se tomar essas decisões inovadoras.

Os estudantes já estão conscientizados da necessidade dessas mudanças; parece que estão esperando só que alguma coisa aconteça para eles colocarem esses novos métodos em prática.

Basta falar em Responsabilidade Social que os sentidos se aguçam – todos ficam querendo saber mais detalhes, como funciona, o que é preciso ser feito. Ou seja, uma decisão interior, subjetiva, a da necessidade da mudança, já foi tomada. Basta apenas apertar um botão.

Acredito plenamente que, se os educadores da área contábil lucrarem sobre os lucros que já acumularam, certamente alcançaremos a prosperidade no ensino da Contabilidade.

*é professor da UNIPÊ – João Pessoa-PB e do curso de pós-graduação em auditoria da Fundação Visconde de Cairu - Salvador - BA; empresário contábil e presidente do CRCPB.

Proposta para implantar um novo parâmetro de fiscalização

Os resultados práticos das sugestões recebidas durante o Seminário de Fiscalização, realizado no mês de março deste ano em Brasília, com a participação de todos os Conselhos Regionais, foram transformados numa proposta para a implantação de um novo parâmetro nacional de fiscalização.

Esta proposta, que ainda depende da aprovação do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, abrange a fiscalização de trabalhos de perícias contábeis, das demonstrações contábeis, da elaboração de contratos de prestação de serviços profissionais, da elaboração de escrituração contábil e dos trabalhos de auditoria.

O objetivo da proposta é estabelecer para todos os Conselhos Regionais de Contabilidade uma quantidade mínima de diligências mensais a serem cumpridas pelos Conselhos. A quantidade mínima de diligências de cada Conselho Regional poderá ser estipulada por meio de fórmulas de acordo com a área a ser fiscalizada.

AUDITORIA - Além da fiscalização das auditorias relacionadas às áreas financeiras, consórcios, seguros, empresas de capital aberto, etc; é importante o Conselho Federal de Contabilidade desenvolver um plano de fiscalização que atinja os profissionais e escritórios que realizam auditorias para entidades que não são obrigadas por lei a serem auditadas.

Em alguns aspectos, este trabalho poderá ser realizado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Banco Central por meio de convênios.

Para a auditoria, o cálculo do número mínimo de diligências fica assim:

$$\text{NÚMERO DE FISCAIS IDEAL} \times 21 \text{ DIAS} \times 11 \text{ MESES} \times 2,5 \text{ DILIGÊNCIA/FISCAL/DIA} \times 0,25\% = \text{QUANTIDADE DE DILIGÊNCIAS DE AUDITORIA.}$$

Com este padrão, o objetivo é analisar por meio dos papéis de trabalho e os pareceres respectivos, se os auditores estão cumprindo as Normas de Auditoria Profissional e as Normas Técnicas de Auditoria do Conselho Federal de Contabilidade. Hoje, apenas 10% dos CRCs fiscalizam os escritórios e os profissionais de auditoria.

ESCRITURAÇÃO – Devemos trazer para discussão o reforço da legislação comercial e outras que exigem escrituração contábil independentemente da forma da tributação adotada.

Mas, acima de tudo, o Sistema CFC/CRCs não deve esquecer que a escrituração contábil elaborada exclusivamente pelos profissionais de Contabilidade deve representar a materialização e a manifestação da existência da própria Contabilidade.

A fórmula de cálculo de diligências mínimas para a escrituração é a seguinte:

$$\text{NÚMERO DE FISCAIS IDEAL} \times 21 \text{ DIAS} \times 11 \text{ MESES} \times 2,5 \text{ DILIGÊNCIA/FISCAL/DIA} \times 10\% = \text{QUANTIDADE DE DILIGÊNCIAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.}$$

Com isso, deverão ser fiscalizados os profissionais que detêm responsabilidade técnica das empresas em geral, exigindo a elaboração da Contabilidade, em todos os níveis, independentemente da forma de tributação das empresas. Também apenas 10% dos CRCs fiscalizam a escrituração contábil.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – A exigência do contrato a termo será de muita importância para que a fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade possa aferir a completa execução de serviços contratados.

Não raras vezes, os profissionais da Contabilidade adotam o procedimento de reter livros e documentos de cliente que lhe deve honorários, incorrendo assim em falta de ética e podendo ainda responder por ação penal.

Com a formalização do contrato de prestação de serviços, o Contabilista terá o instrumento necessário para a fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade

apurar as faltas no cumprimento dos deveres profissionais.

Para este setor, a fórmula em estudo é esta:

$$\text{NÚMERO DE FISCAIS IDEAL} \times 21 \text{ DIAS} \times 11 \text{ MESES} \times 2,5 \text{ DILIGÊNCIA/FISCAL/DIA} \times 14,5\% = \text{QUANTIDADE DE DILIGÊNCIAS DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.}$$

Os fiscais deverão identificar os clientes dos Contabilistas e das empresas em geral e notificar o Contabilista ou responsável pela empresa contábil, concedendo-lhes prazo para a apresentação de todos os contratos. Apenas 10% dos Conselhos Regionais de Contabilidade desenvolvem este trabalho.

PERÍCIAS CONTÁBEIS – É grande o número de outros profissionais que atua na área de perícias contábeis, afrontando a Classe Contábil. Isso ainda ocorre até mesmo por desconhecimento ou pela dúvida por parte dos magistrados na definição do profissional que tenha a habilitação necessária para o exercício das perícias.

Apesar de quase todos os Conselhos Regionais de Contabilidade preverem o projeto de fiscalização das perícias contábeis, poucos são os que o executam. A fiscalização nesse campo deverá sofrer uma alavancagem para resguardar as prerrogativas dos contadores e proteger a sociedade.

A fórmula para este setor é a seguinte:

$$\text{NÚMERO DE FISCAIS IDEAL} \times 21 \text{ DIAS} \times 11 \text{ MESES} \times 2,5 \text{ DILIGÊNCIA/FISCAL/DIA} \times 0,25\% = \text{QUANTIDADE DE DILIGÊNCIAS DE PERÍCIA CONTÁBIL.}$$

Este trabalho ajudará na identificação de leigos e de profissionais em situação irregular que estejam atuando como peritos contábeis, por meio dos cartórios competentes da Justiça.

DEMONSTRAÇÕES – O Conselho Federal de Contabilidade está bastante preocupado com o aspecto qualitativo dos trabalhos de fiscalização executados pelos CRCs e chegou a conclusão que não deve prevalecer somente a quantidade de diligências realizadas, mas, sim, a qualidade do trabalho de fiscalização.

O cálculo para as demonstrações contábeis deverá ser feito assim:

$$\text{NÚMERO DE FISCAIS IDEAL} \times 21 \text{ DIAS} \times 11 \text{ MESES} \times 2,5 \text{ DILIGÊNCIA/FISCAL/DIA} \times 5\% = \text{QUANTIDADE DE DILIGÊNCIAS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.}$$

Com a aplicação desta fórmula será possível fazer uma análise da estrutura das demonstrações contábeis. Apenas 20% dos Conselhos Regionais de Contabilidade fiscalizam o cumprimento das NBCs.

CONSEQÜÊNCIAS POSITIVAS – Este trabalho, segundo o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, vai trazer resultados bastante positivos, entre os quais ele destaca: uma melhor qualidade da fiscalização; especialização da equipe; identificação dos Contabilistas que não executam de forma planejada o seu trabalho; inibe a emissão de pareceres errôneos; aumenta a repressão aos Contabilistas infratores das NBCs; estimula convênios e intercâmbios com a Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central; acaba com os falsos balanços; valoriza o profissional e seus honorários profissionais; muda o perfil do Contabilista e colhe elementos de prova para a defesa dos interesses da classe.

Sede do CFC reúne artistas, escritores, estudantes e Contabilistas

As atividades sociais do Conselho Federal de Contabilidade, durante o mês de abril, reuniram Contabilistas, estudantes e artistas de várias regiões do País. Na Galeria de Arte do CFC, a artista brasileira Viviane Silveira realizou exposição de quadros chamada “Primavera”, bastante elogiada pela crítica da capital.

No mesmo dia, o professor e contador Gilson Chagas lançou na sede do CFC o livro “O Princípio da Contabilidade”, pela Editora Pórtico. No lançamento, o Contador e vice-presidente do CFC, Daniel Salgueiro da Silva, fez um discurso sobre o significado didático do livro de Gilson Chagas. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, também compareceu à noite de autógrafos.

VISITAS - Dentro do programa de visitas à sede da entidade, o CFC recebeu em abril o presidente do Sindicato dos Contabilistas de Bauru (SP), Euclides Aparecido Moreno, e o conselheiro do CRCAP, Márcio Lélío de Paiva Nascimento. Os dois visitantes conheceram o Museu Brasileiro de Contabilidade, a Biblioteca, participaram da Reunião Plenária e ainda conversaram com o presidente Serafim.

Também fez uma visita e uma palestra na Reunião Plenária de abril o deputado distrital João Carlos Coelho de Medeiros, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ele falou sobre o desenvolvimento da região e respondeu a perguntas dos conselheiros.

Por fim, como faz periodicamente, o CFC recebeu a visita de alunos do 4º semestre do Curso de Ciências Contábeis da União Educacional de Brasília (UNEB). A visita dos estudantes foi coordenada pelo professor-coordenador do Departamento de Contabilidade da UNEB, Aparício Pereira Duarte Filho. Os estudantes visitaram o plenário, assistiram a um vídeo sobre a História da Contabilidade e ficaram impressionados com o Museu, instalado em três andares da sede do CFC em Brasília.

Por falar no Museu Brasileiro de Contabilidade, durante este mês de maio ele está sendo mostrado aos Contabilistas do Rio Grande do Norte e de Alagoas. A Exposição Itinerante do Museu está instalada nos Conselhos Regionais de Natal e Maceió.



Estudantes assistem a palestra no CFC



Viviane na Galeria de Arte do CFC



Dep. Distrital João C. de Medeiros



O pres. Serafim ao lado escritor Gilson Chagas



Estudantes visitam o Museu



Chagas mostra seu livro



Estudantes no plenário do CFC